

O orçamento e a realidade

O governo começa a preparar suas contas para o próximo ano, fato que sempre gera importante expectativa acerca do realismo das cifras apresentadas. No caso do Orçamento Fiscal, que congrega as receitas e despesas da União, espera-se que reflita efetivamente o quadro de austeridade pretendido, embora seja freqüente um certo distanciamento entre intenções e prática. Pelo ano 1985, a filosofia que norteará a administração dos recursos se pauta pela necessidade de reduzir o déficit do setor público e de contribuir decisivamente para a queda da inflação.

Nota-se, de início, que a projeção de receita representa um crescimento de 100% em relação ao presente exercício. Tal incremento não significa necessariamente que o governo esteja trabalhando com uma expectativa de inflação de 100%, já que não há correlação direta entre o crescimento das despesas e o da arrecadação. Vale a pena recordar que a carga fiscal tem sido aumentada ultimamente, enquanto os cortes de despesas não chegam a atingir o nível desejado. De qualquer modo, o fato de a projeção ter por base um índice inflacionário de 100% pode representar eventuais dificuldades para cumprir as metas anunciadas, o que obrigaria a uma revisão em pleno curso. O orçamento de 1984 sofreu essa correção, passando de Cr\$ 21,5 trilhões para Cr\$ 31,75 trilhões.

Deve-se ressaltar ainda que as projeções disponíveis podem vir a ser revistas não apenas por causa de uma hipotética subestimação das necessidades, mas em função do comportamento da inflação — eterna incógnita — em curto prazo. O governo reconhece alguns limites importantes, que atuarão como autênticas diretrizes dos órgãos públicos. Dentre eles, a impossibilidade de dar início a novos projetos ou atividades, bem como o redimensionamento indispensável de projetos de longo prazo já em andamento.

Há um conjunto de recomendações de caráter eminentemente restritivo. E de supor que, caso sejam efetivamente seguidas, contribuirão para a consecução da austeridade almejada. No que tange ao setor energético, por exemplo, a diretriz é para que se privilegie os projetos suscetíveis de propiciar retorno em curto prazo. Isso faz supor, provavelmente, que o álcool continuará recebendo as devidas atenções e que investimentos vultosos (como o aproveitamento do gás de Jurua, entre outros) serão postergados para quando as circunstâncias assim o permitirem.

As informações disponíveis não permitem dimensionar a ocorrência de um superávit fiscal, a exemplo do que está acontecendo no presente exercício. Tais sobras são hoje automaticamente transferidas para o orçamento monetário, a fim de que seja coberto o déficit das estatais (sendo que há também encargos do orçamento fiscal assumidos pelo monetário). Recentemente, o governo viu-se obrigado a redimensioná-lo, mostrando assim que não tinha efetuado todos os cortes possíveis nas despesas das estatais, de modo a adequá-las definitivamente ao contexto recessivo.

A divulgação de um orçamento sempre enseja interrogações, mormente no Brasil, onde não existe o hábito de dar grande credibilidade ao que deveria constituir uma sólida peça de formulação da política econômica. Por outro lado, a ausência de uma real consolidação dos diversos orçamentos existentes pesa sobremaneira na confiabilidade dos propósitos enunciados. Em uma conjuntura na qual surgem importantes transformações, em um ritmo acelerado, é possível que as cifras apresentadas percam seu realismo, levando à inevitável e tradicional revisão. Vale acrescentar que esse orçamento será administrado por um governo distinto daquele que o elabora, algo que deve revestir-se de certo potencial conflitante.

12 JUL 1984